

NO BERÇO DA NAÇÃO: MATERNIDADE, AMAMENTAÇÃO E PATRIOTISMO NA MEDICINA OITOCENTISTA

NUBIA SOTINI DOS SANTOS; LORENA ALMEIDA GILL²

¹Universidade Federal de Pelotas – nubiasotini.santos@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise crítica do texto de Emílio Joaquim da Silva Maia, intitulado “Ensaio sobre os perigos a que estão sujeitos os meninos, quando não são amamentados por suas próprias mães”, apresentado na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), em 1834. Membro da recém-formada Sociedade, seu ensaio fora recebido e aprovado com entusiasmo por Joaquim Soares de Meirelles, considerando seu texto e o próprio autor como “digno de nossa aprovação, [e] é de grande interesse a sua publicação, e que esta Sociedade muito fruto tirará das luzes deste digno colega” (Meirelles, 1834, p. 05). Escrito em um período delicado na medicina brasileira, dada sua recente institucionalização, o ensaio de Emilio Maia evidencia os intentos médicos de não apenas prescrever cuidados físicos, mas também normatizar condutas morais e afeitas, especialmente no que tange à maternidade e à infância.

Formado em medicina pela Escola de Paris, com bacharelado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra, Emílio Maia elaborou um discurso profundamente moralizante e patriótico, projetando no corpo materno a tarefa de garantir o povoamento, o civismo e a sobrevivência moral do “nascente Brasil” (Maia, 1834, p. IX). Segundo o autor, a maternidade é uma função imposta pela natureza, se aproximando ao espectro religioso. Ao evocar o grito da natureza feminina, o médico teceu o elo entre ser mulher, gestar, parir e amamentar, atos considerados divinos e sagrados, logo, obrigatórios.

Ao responsabilizar as mães que não amamentavam seus filhos, por ocasionarem uma série de enfermidades gastrointestinais, e em seu ápice, a morte, Emílio Maia (1834) pretendeu construir um modelo ideal de maternidade, que não apenas exclui, como também criminalizava as mulheres que se desviavam dele. Seu apelo era para as mães brasileiras, que “se verdadeiramente amais nosso belo país, pondes em prática a aleitação materna” (MAIA, 1834, p. 10), de modo que o ofício de amas de leite não fosse necessário.

O autor endereçava críticas às mães que não amamentavam e eram percebidas como cruéis, antinaturais ou criminosas, ao mesmo tempo em que julgava as mulheres que atuavam como amas de leite, à época, majoritariamente africanas escravizadas, que eram descritas como selvagens, brutas, doentes e imorais. Na medida em que o médico delineava a mãe ideal, comprometida com o crescimento cívico do país, este também desmoralizava as que não correspondiam a essa expectativa, em particular as mulheres-mães, que viviam sob o jugo do cativeiro. Representada como uma figura perigosa para crianças pequenas, o autor considerou que, embora a ama de leite escravizada pudesse ter todos os predicados considerados ideais para uma boa ama de leite – como saúde, qualidade e idade do leite – este reconheceu que as amas eram incapazes de oferecer uma ternura necessária à formação de um cidadão útil à pátria. Mesmo que fosse bem cuidado, segundo o médico, ela jamais conseguiria ofertar o amor materno, percebido por Emílio Maia como um afeto capaz de moldar moralmente a criança desde o berço. A

amamentação, nesse contexto, não é imbuída apenas de um gesto íntimo ou fisiológico, mas também carrega o peso de ser um ato cívico e patriótico. O seio feminino – branco –, se torna uma metáfora do corpo da nação: puro, rico em nutrientes e regenerador.

Este trabalho, situado no campo da História Social da Medicina, nos Estudos de Gênero e Interseccionalidades e Estudos sobre Maternidades, tem como objetivo geral analisar os sentidos políticos, morais e raciais atribuídos à amamentação no ensaio de Emílio Maia (1834), percebido como um projeto de normatização da maternidade em uma perspectiva nacionalista. Especificamente, busca-se investigar como a maternidade foi sacralizada e vinculada à construção do Império e compreender como a figura de mulheres escravizadas, que atuavam como ama de leite, se tornaram uma ameaça à infância e à nação.

METODOLOGIA:

Este trabalho fundamenta-se na análise de discurso foucaultiana (FOUCAULT, 2008, 2014), em que, a partir do objeto de estudo, são problematizados os enunciados médicos no que tange aos seus ideais de normatização da maternidade e infância, de modo a compreender o discurso de Emílio Maia (1834) e de seus colegas de profissão, como uma prática que, ao menos no âmbito academicista, produziam saberes em prol de regulamentar condutas e instituir aquilo que compreendiam como verdades.

No decorrer da análise efetivada, foi possível constatar que o discurso médico não refletia apenas uma realidade nos arredores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro ou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas fazia parteativamente das arguições realizadas pelos médicos, bem como da construção de regimes de verdade sobre os corpos, afetos, gênero e raça. Dessa maneira, pode-se inferir que, na produção médica Oitocentista, a maternidade fora compreendida como uma tecnologia de controle, na qual o corpo feminino, em particular o embranquecido, era convocado para servir aos interesses do Estado-nação (MCCLINTOCK, 2010). O ensaio publicado por Emílio Maia (1834) vislumbra como as práticas discursivas operava – ao menos academicamente – na constituição dos sujeitos e na organização das práticas sociais vinculadas à reprodução, à moralidade e à construção de um Império fortificado e civilizado.

Embora este trabalho esteja vinculado ao campo da História Social da Medicina, ele nasce na História Social da Escravidão, através de diálogos multidisciplinares, em especial com os Estudos de Gênero e Interseccionais (GONZALEZ, 2020; HOOKS, 2019; MACHADO et. al., 2021; NASCIMENTO, 2019; SCOTT, 1995; TELLES, 2022). O foco analítico recaiu sobre os enunciados que construíram um estereótipo de mãe ideal, por um lado e da ama de leite como a ameaça da sobrevivência da nação, por outro. A análise buscou evidenciar como estes discursos operaram a racialização da maternidade e a produção de sujeitos considerados úteis para a nação por intermédio do controle reprodutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O ensaio apresentado por Emílio Maia à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 1834 estabeleceu fortes articulações entre a maternidade, moralidade e nação, em especial devido a sua defesa de que o aleitamento materno é um dever natural, religioso e patriótico das mulheres brasileiras. A partir de um discurso que em tese, pretendia zelar pela saúde infantil, Emílio Maia (1834) construiu a figura de uma mãe ideal. Baseado nos pensamentos do filósofo Rousseau, o médico defendia que a verdadeira mãe de família, ao amamentar os seus próprios filhos, contribuía não somente para a sobrevivência no pequeno rebento, mas também estabelecia laços profundos com a própria família, além de ser responsável pelo fortalecimento do

Império. Em suma, o médico destinou vincular diretamente o cuidado materno ao sentimento nacional, compreendendo a amamentação como uma prática cívica, em que o corpo feminino – especificamente o corpo branco – era convocado a servir como veículo de regeneração da nação (DAVIN, 1978).

O movimento discursivo mobilizado pelo médico reflete, também, em sua concepção o respeito ao amor materno. Emílio Maia (1834) considerava que, as mães que recusavam a amamentar seus filhos, além de serem cruéis ou criminosas, compartilhavam também com as amas de leite o adoecimento de seus filhos, bem como sua morte. Se a maternidade fora percebida pelo médico como um dever natural e divino, aquelas que iam contra a natureza, expressavam sua face rebelde e transgressora. Essa concepção dialoga com as reflexões propostas pela autora Élisabeth Badinter (1985), ao evidenciar como a retórica do amor materno foi historicamente construída como uma obrigação e não como uma consequência natural. Conforme Badinter (1985), a ideologia do amor materno foi profícua para servir enquanto estratégia de coerção moral e social.

Na medida em que Emílio Maia (1835) glorificava uma maternidade idealizada, o autor construiu discursivamente a figura da ama de leite, majoritariamente africanas escravizadas, como uma ameaça à infância. A oposição entre a mãe branca e a mãe preta é central para a compreensão do pensamento médico nos Oitocentos, em particular nas décadas seguintes, especialmente em suas idealizações de construção de uma nação civilizada aos moldes europeus. Mergulhado na perspectiva higienista, para Maia, a figura da ama de leite – uma mulher negra, escravizada – ameaçava a pureza racial, argumentando que o leite também é o sangue, e que do sangue, as crianças brancas pequenas, poderiam seguir as influências morais de sua ama de leite. De acordo com Maia (1834, p. 36), entre as características físicas e morais, tudo poderia ser herdado da ama de leite:

Assim, uma ama de leite, além do muito que influirá sobre o nosso físico, também cooperará para a nossa moral, e dela emanará não somente nossos bons ou maus costumes, mas igualmente um pouco [d]o atraso ou o desenvolvimento de nossa inteligência. É por isso que o Dr. Robert [...] pensava que, a estupidez ou o espírito das amas se comunicava às crianças.

Essa representação elucidada pelo médico, fortalece as argumentações que interseccionam o racismo científico e a medicalização dos corpos negros. Ao transformar características entendidas como morais em categorias médicas – como a suposta ideia de frieza, estupidez e selvageria –, o discurso médico naturalizou as desigualdades raciais e de gênero. Embora a ama de leite escravizada pudesse cumprir os predicados médicos ideais para ser uma “boa ama de leite”, ela é igualmente condenada, pois a argumentação médica não é apenas pelo cuidado infantil, e sim pelo pertencimento racial e ideal de civilização (MATTOS, 2022; SANTOS, 2021).

Em suma, ao menos no âmbito academicista, voltado para os membros letreados da SMRJ, o discurso médico de Emílio Maia (1834) operou como uma ferramenta de normatização da maternidade, vinculando o aleitamento materno à construção de uma nação moralmente forte e racialmente controlada. Ao transformar o cuidado materno em um dever cívico, o autor evidenciou como o saber médico também participou de um ideal de construção de um projeto de nação (MARTINS, 2006), que, ao exaltar uma maternidade idealizada e branca, reforçava as desigualdades raciais, sob a aparência de cuidado científico.

CONCLUSÕES

A análise do ensaio de Emílio Maia (1834) permitiu a compreensão de como no Brasil Oitocentista, a amamentação também se tornou um veículo instrumentalizado – simbólico e político – para consolidar um ideal de maternidade, permeado por critérios de racialização e patriótico. Longe de se limitar em prescrições sobre o cuidado infantil, este discurso operou como um dispositivo de normatização dos corpos, afetos e práticas reprodutivas ao associá-los a um suposto dever cívico de mulheres-mães-brancas, bem como a transformação da figura da ama de leite como uma ameaça à sobrevivência infantil e ao desenvolvimento da nação. A partir de uma perspectiva analítica do discurso, o trabalho demonstrou que a medicina do período não refletia somente os valores sociais, mas procurou investir em discursos propagados como verdadeiros sobre maternidade, moralidade e raça, alinhando-os a projetos de controle social e ordenamento racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DAVIN, Anna. Imperialism and Motherhood. **History Workshop**, n.5, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyala, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MAIA, Emilio Joaquim da Silva. **Ensaio sobre os perigos a' que estão sujeitos os meninos, quando não saõ amamentados por suas proprias Mães**. Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Typographia de R. Oguer, 1834.
- MACHADO, Maria Helena et. al. (org.). **Ventres Livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora UNESP, 2021.
- MARTINS, Luiz Carlos Nunes. **No seio do debate**: amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.
- MATTOS, Letícia Maria da Silva. **Escravidão e maternidade**: uma análise dos discursos médicos sobre as mães escravizadas no Rio de Janeiro (1871-1888). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2022.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- SANTOS, Ariana. Medicalização e racismo. IN: TEIXEIRA, Luiz Antonio; RODRIGUES, Andreza Pereira; NUCCI, Marina Fisher; SILVA, Fernanda Loureiro. (orgs.). **Medicalização do parto**: saberes e práticas. São Paulo: Hucitec, 1ª edição, 2021.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, jul./dez. 1995.
- TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unifesp, 2022.